

## **ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Aos vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e dois, às dez horas da manhã, reuniu-se virtualmente pelo Google Meet o Comitê Permanente de Assistência Estudantil em sua nova gestão, na sua primeira reunião ordinária, sob a presidência de Lívia Neves Ávila onde estiveram presentes: Claudia Cristina - Psicóloga da NACE, Daniel Hydalgo Erbert-Representante do Conjunto I, Eduardo Evangelista - Técnico em administração, Petrus Curiel - representante da vila universitária do Morro do Cruzeiro, Gustavo França Maia - Suplente Morro do Cruzeiro, Juliana Rodrigues Bonifácio - Suplente PRACE, Marcelo Dias Santana - Coordenadoria de acessibilidade e inclusão, Mariana Silva Santos - Titular PRACE, Clarissa Rodrigues - ADUFOP, Priscila Sena Gonçalves - Suplente Prace, Lucas Prósperi Rodrigues - Titular Repúblicas Federais, Letícia Pereira de Sousa - Titular Prograd, Nilma Rodrigues Alves- Titular Morro do Cruzeiro, Djalma Teixeira Bastos Junior - Titular PROPLAD, Matheus Felipe - Representante do apartamento estudantil, Claudia Maciel Enes - Assistente social do Centro de Saúde, Thais Junia de Sousa - Suplente Vila Universitária do campus Morro do Cruzeiro, Pedro Henrique Dias Borges - Suplente ICEIA, Gustavo França Maia - Suplente Morro do Cruzeiro, Luciana Hoffert Castro Cruz - PROEX. A presidente inicia a reunião apresentando como é a gestão do COPAE e explica como surgiu e quais são seus objetivos. O COPAE se reunirá uma vez por mês, o próximo encontro será no mês de outubro, sendo uma reunião ordinária. Quando surgir uma pauta urgente, será feita uma reunião extraordinária, que será comunicada via email a todos com antecedência. Caberá ao COPAE mandar relatórios, a cada dois anos ou quando solicitado, de suas atividades ao conselho universitário CUNI. Foi iniciado o momento para aqueles que estavam presentes tirarem alguma dúvida. A presidente informou uma demanda que chegou ao COPAE, de discussão sobre quartos individuais para estudantes que apresentam problemas de saúde mental (comprovados por laudo médico), isso para os estudantes das moradias estudantis. A presidente mencionou que precisa-se pensar que haveria consequências, como por exemplo, a redução de vagas nos quartos, uma vez que um quarto abrigaria apenas uma pessoa ao invés de duas. Eduardo Evangelista trouxe o ponto de vista dele, dizendo que muitas vezes essa separação pode deixar a pessoa em um ambiente muito fechado, ocorrendo uma maior exclusão do aluno. Marcelo disse que precisa-se pensar que estamos em uma instituição de ensino e o campo pedagógico também precisa ser considerado, ele acredita que é importante pensar em uma equipe especializada, que faça um acompanhamento deste aluno de perto. Daniel Hydalgo disse que na república dele, Rocinha, houve uma demanda de uma moradora que queria o quarto individual pois tinha um laudo de esquizofrenia e bipolaridade, então foi disponibilizado o quarto individual para ela. Ele acrescentou que seria uma ótima oportunidade para fazer um mapeamento de pessoas com este tipo de diagnóstico para haver uma assessoria melhor para a pessoa que tem laudo, tendo um acompanhamento de psicólogos e um espaço para as pessoas nas mesmas condições para debaterem sobre o assunto, e assim, havendo uma rede de apoio adequada. Ele ainda lembrou dos projetos que há na UFOP "caminhar" e "abraço". Claudia Cristina, disse que a questão é complexa pois para aderir essa proposta pressupunha-se que a pessoa com laudo já está em tratamento e acompanhamento para haver uma melhora e ela ressalta que é importante trazer o ponto de vista do profissional, ela relata que alguns alunos concluem o curso e não desocupam as moradias imediatamente, isso prejudica não só o aluno que precisará do

quarto individual como também outros alunos que buscam a moradia, sendo essa sua única alternativa para garantir a permanência na faculdade. Thais Junia anotou no chat que com relação ao número de vagas, acredita que aumentar a fiscalização nas moradias e apartamentos, ajudará a manter um equilíbrio. Gustavo França abriu o questionamento da quantidade de pessoas que irá apresentar laudos médicos, qual será a demanda em relação a isso. A presidente responde que há três oficiais, mas pode ser que haja mais pessoas a partir da normativa, e assim, fazendo com que a demanda seja maior. Gustavo perguntou se eles conseguiriam tentar sondar de alguma maneira esse número, pois é importante analisar cada caso individualmente, porque corre o risco de não conseguir embarcar todo o público. A presidente disse que será analisada como será feita a normativa, e se será feita análise de cada caso. Lucas Prosperi disse que é complicado criar a normativa e não conseguir suprir essa demanda, disse que o ideal seria analisar cada caso e conforme fosse feito as análises, iria ver as principais dificuldades, e assim ir fazendo as normativas aos poucos, conforme vem a demanda. Juliana Rodrigues diz que há uma sugestão para que os próprios moradores das residências decidam sobre as possibilidades de uso individual dos quartos por parte de estudantes com saúde mental fragilizada. Mariana Silva pontua que reduzindo o número de pessoas, tudo na casa iria aumentar, e acrescenta que se os próprios moradores decidirem seria complicado, pois nem sempre a pessoa quer mostrar seu laudo e dizer que tem alguma condição psicológica. Leticia se sentiu contemplada com o que Mariana trouxe, pois ela acredita que o ideal seria uma equipe para discutir isso, se deixar a decisão para os moradores seria como se tivesse transmitindo a autoridade para eles, podendo haver uma piora no caso, a possibilidade seria de haver um conjunto de pessoas para decidir, sendo mais amplo, e concorda tratar isso caso por caso. Gustavo França, anotou no chat “questiono a aptidão dos moradores para essa decisão, uma vez que talvez seja essa própria condição um ponto agravante da condição mental dessas pessoas, a autogestão estudantil é uma bênção e uma maldição e o fio que separa essas duas coisas é muito tênue”. Petrus disse que tem duas casas da vila que estão em fase de conclusão, ele acrescenta que seria mais fácil adaptar as pessoas com laudo nestas novas residências, pois em outras casas, já têm diversas pessoas com diversos tipos de problemas. Livia responde que tudo é uma possibilidade e precisa pensar em alternativas que englobam todas as moradias. Petrus rebate que a vila já poderia haver essa mudança para receber os novos alunos em primeira demanda, para ninguém ficar desamparado, dependendo do grau de saúde mental da pessoa. Livia entende a colocação de Petrus e disse que seria uma questão para ser refletida nas próximas reuniões. Claudia perguntou se isso não seria um problema e se não causaria algum estigma. Gustavo questionou se as três solicitações que foram levadas para a PRACE, seriam de criação de uma norma ou solicitação de quarto individual, e talvez esse caso fosse situação de urgência, assim, devendo ser avaliado um projeto ou norma para abrir um público geral. Mariana responde que algumas solicitações que chegaram até eles, já foram concedidas, mesmo não havendo uma normativa e a questão é que as demandas continuarão chegando por isso é importante trazer essas discussões em um nível mais amplo para a comunidade, e ainda, a tendência é de ter cada vez mais pessoas apresentando um laudo. Chegando ao final da reunião, Priscila dá uma sugestão diante das discussões feitas, dizendo que o COPAE não tem nenhuma normativa que autorize transformar o quarto coletivo para o individual, e quando o COPAE recebe uma demanda dessa discussão eles esperam que o que for decidido seja debatido e encaminhado para a PRACE e assim o CUNI alterar as normativas. O COPAE não tem capacidade de analisar casos e nem é a função deles, o papel é pensar na política e o que será alterado, sendo uma discussão difícil, e precisa ser

bem discutida pois haverá impacto futuramente. Com o limite de tempo previsto, a presidente encerra a reunião às onze horas da manhã e quarenta e três minutos no horário de Brasília.